

Notas sobre identidade de gênero e sexuação¹

Lucíola Freitas de Macêdo

Uma questão

Iniciar um texto sobre um tema de tamanha complexidade e de tantas interfaces não é tarefa fácil. Logo de início me vi em dificuldades quanto à eleição do recorte mais apropriado e que melhor possa servir ao debate, nesse momento em que importantes passos estão sendo dados no sentido do reconhecimento jurídico, político e social das pessoas *trans* e das chamadas “sexualidades não hegemônicas”². Entre os acontecimentos recentes, podemos citar a aprovação da Lei da Identidade de Gênero (lei n.26.743), em 2012, na Argentina, que tem sido recebida desde então como um avanço em relação às políticas de direitos humanos naquele país³, o que certamente trará consequências (já está trazendo) nas discussões sobre o tema no Brasil.

Mesmo não sendo o objetivo desse artigo analisar o impacto desta lei nos diferentes campos sobre os quais ela incide, caberá uma breve menção a dois de seus “artigos de fundo”, por abrirem uma série de questões que concernem diretamente à clínica, seja no âmbito do debate sobre a “despatologização das identidades *trans*”⁴, e especialmente, quanto à polêmica em torno da não convergência entre identidade de gênero e anatomia, uma vez que grande parte dos embates enfrentados nesse âmbito esbarram na tendência biomédica em estabelecer umnexo causal e necessário entre essas duas dimensões (gênero e anatomia) como principal objetivo das intervenções e das políticas de saúde.

A centralidade da premissa de uma suposta adequação e congruência entre gênero e anatomia vem ocupando o centro

das medidas protocolares de saúde neste campo. E uma vez que desencadeia uma série de procedimentos e intervenções, sejam hormonais ou cirúrgicas, tendo como ponto de partida e justificativa a premissa acima, faz-se imprescindível o enfrentamento dessa questão.

A clínica demonstra que as tentativas de se forjar uma "adequação" entre anatomia e identidade de gênero não resolve os embaraços e enigmas dos sujeitos com a coisa sexual. Justamente porque a anatomia não é o destino, e também porque as palavras não dão conta de nomear a "coisa sexual", o gozo virá inevitavelmente perturbar as relações das palavras com os corpos. Há algo dessa relação que resta inominável e sem lei. É essa opacidade que a psicanálise se propõe a acolher, dando-lhe voz e construindo-lhe um lugar possível⁵.

Não há garantias

Os procedimentos médicos voltados para pessoas trans, numa escala que vai da hormonoterapia às cirurgias de transgenitalização, esbarram na impossibilidade das garantias. Que se conceda uma pretensa garantia quanto aos procedimentos supracitados, sob a forma de um laudo, que significa também uma autorização, mediante acompanhamento psicológico compulsório de no mínimo dois anos, no caso do Brasil, parece uma medida muito mais protocolar que clínica. Nesse estado de coisas caberá interrogar até que ponto se convoca a crença e uma fé cega na ciência para resolver o impossível da não relação sexual, o impossível do encontro com o outro gozo em sua alteridade radical.

A problemática premissa fundada na pretensa correspondência entre sexo, gênero e anatomia foi historicamente objetada em psicanálise, desde Sigmund Freud e por Jacques Lacan. Por diferentes caminhos, também por Michel Foucault. O horizonte filosófico desse debate, problematizado por Jorge Alemán já em 2003 em "Existência e

diferença sexual: Foucault e o construcionismo”⁶, é aquele da tensão entre o essencialismo, com suas postulações de uma natureza humana imutável e a-histórica; e o construcionismo, vertente amplamente investigada por Michel Foucault, ao constituir uma ontologia histórica das relações de poder para pensar o sujeito face às estratégias de poder que o determinam.

A via aberta por Foucault não se fez sem um debate e um embate com a psicanálise⁷. As origens deste debate fornecem a chave do divisor de águas entre o construcionismo foucaultiano - que se funda na proposição de um sujeito em permanente transformação, multiforme e plural que, passando ao largo das exigências pulsionais do gozo e da repetição, erradicando-se o real da experiência freudiana, não encontraria limites para sua autoconstrução e transformação, a não ser aqueles inerentes às relações de poder - e a “ontologia barrada e realista”⁸ de Jacques Lacan, para quem o real pulsional se coloca como inexorável obstáculo, impondo condições e limites à transformação de si, mas também, funcionando como baliza e oportunidade *linguageira* de reinvenção, uma vez que a língua, o sexo e a morte são diferentes formas de nomeação de um mesmo exílio, de uma mesma impossibilidade, e se quisermos, para evocar um termo caro a Judith Butler, de uma mesma precariedade.

Tensões adjacentes ao próprio campo

Para melhor situar as tensões em jogo, valeria seguir de perto o debate travado entre Ernesto Laclau, Slavoj Žižek e Judith Butler em *Contingência, hegemonia, universalidade*⁹; ou ainda as diferentes perspectivas em jogo no interior do próprio campo dos estudos feministas em relação, por exemplo, à polêmica em torno questão da diferença sexual.

Se para Judith Butler, grosso modo, a diferença sexual deverá responder ao mesmo enquadre epistemológico, quer se

trate do campo sexual, das classes sociais e/ou das questões étnicas; para Joan Copjec, a diferença sexual não poderia ter tomada dentro do mesmo enquadre epistemológico utilizado para as diferenças de classe e as diferenças étnicas, pois enquanto as últimas se inscrevem nos registros imaginário e simbólico, a primeira encontra sua inscrição no registro do real¹⁰.

Copjec recorre a Freud para interrogar se a diferença sexual poderia ser totalmente desconstruída, tal qual se propõe para as diferenças de classe e as diferenças étnicas. Isto porque parte do princípio de que o sexual deveria ser apreendido no campo das pulsões e não exclusivamente no campo da cultura. Se a desconstruções no campo da cultura lhe parecem plenamente desejáveis e factíveis, interroga-se se é possível utilizar-se do mesmo enquadramento epistemológico ao se referir às desconstruções quanto ao que está em jogo no campo das sexualidades.

Butler reconhece que as identificações não são redutíveis às identidades e que não se deva saturar a vida com as identidades, utilizando-as para não enfrentar a complexidade do problema das identificações, mas acredita que os discursos identitários e as políticas de gênero poderão ser vitais para fazer frente a situações de opressão¹¹. Situa o ponto de partida de sua teoria da representação entre Foucault e Freud, buscando levar em conta tanto os mecanismos de poder, quanto a realidade psíquica. A autora recorre a Freud por reconhecer uma "insuficiência da teoria foucaultiana do sujeito", na medida em que Foucault recorreria a uma noção sociológica de internalização, não levando em conta as instabilidades inerentes às práticas identificatórias¹².

Quanto à questão da construção do corpo, declara em entrevista dada a *Critique, Revue générale des publications françaises et étrangères*¹³, que está constantemente

repensando o corpo, não tendo deste uma concepção única e definitiva. Adverte a seus leitores que, ainda que evoque com frequência a questão da construção quando se refere ao processo de "tornar-se corpo", não está apenas falando do que é possível fazer e do que efetivamente se faz do próprio corpo, ou da maneira como cada um constrói seu próprio corpo, mas também da maneira através da qual o corpo se constrói previamente a si mesmo: "apesar de mim mesma e de um modo que, por vezes, permanece bastante opaco a mim mesma. Só podemos seguir com a metáfora da construção até aí"¹⁴. Isto porque "o corpo emerge no mundo num estado de dependência em relação a outros corpos e instituições, e por consequência, o corpo é 'fora de si mesmo'"¹⁵. Nesse ponto em que se depara com uma opacidade própria ao corpo e com a proposição de um "corpo fora de si", Butler parece encontrar-se com os limites das "posições identitárias"¹⁶.

Pesem as críticas feitas pelos estudos feministas ao complexo de Édipo freudiano, e também à terminologia empregada por Lacan (gozo feminino, falo, lado homem, lado mulher, etc.) seria um equívoco segregá-los inserindo-os no *hall* dos binarismos e da heteronormatividade. Isto seria insistir em desconhecer, deliberadamente, as teorias de Freud e Lacan. Parece um equívoco isolar e universalizar o argumento das terminologias passando ao largo dos pontos fundamentais da teoria, e especialmente, da clínica, cuja perspectiva acolhe, por princípio, a diferença e os arranjos singulares que cada um inventa para si a fim de dar conta dos impasses vividos no campo do sexual e no curso de uma existência.

Quando Lacan utiliza, por exemplo, os termos "lado mulher" e "lado homem" nas fórmulas da sexuação; ou "gozo feminino", cuja aceção mais aceitável para os estudos feministas seria a de "outro gozo", não está se referido à anatomia ou ao gênero, mas ao corpo falante, ao sujeito e a

suas marcas de gozo, à realidade sexual do inconsciente e à dimensão sintomática que lhe corresponde.

A experiência analítica não endossa normas em torno de ideais de conduta, ela é sensível, sim, à força de um desejo inédito e às consequências de se agir em conformidade com esse desejo. Neste estado de coisas, se o corpo funciona sozinho, se não há ser no corpo, existe o acontecimento. Acontecimentos de corpo e suas marcas de gozo. Minha hipótese é que tais marcas de gozo comportem um ponto de foraclusão para todo e qualquer sujeito, vindo a funcionar tal qual um paralelo a atravessar a verticalidade da clínica estrutural, aproximando entre si, neste exato ponto, as clássicas estruturas clínicas, antes absolutamente separadas pelo bastião do Nome-do-Pai¹⁷.

Sexuação e identidade de gênero

A psicanálise se ocupa da sexuação, cujo horizonte não se restringe à diferença anatômica, às identidades e nem mesmo ao campo das identificações, mas se endereça às relações do sujeito com seus modos de gozo – com os gozos dos corpos que perturbam as identidades – e não propriamente à anatomia como produtora de normatividade ou como camisa de força. A experiência do inconsciente é um poderoso solvente para certezas de todo tipo. Ernesto Laclau já o havia observado ao tentar transpor tais premissas para o campo da política¹⁸. A lógica da sexuação rompe o sentido de categorias por demais genéricas, tais como, heterossexual, homossexual, bissexual, transexual, encontrando suas raízes na lógica do não-todo e do um por um. Neste campo, não há relação fixa nem direta entre identidade de gênero, anatomia e modalidade de gozo¹⁹.

Sobre essa questão, François Ansermet²⁰ argumenta que as práticas contemporâneas em torno da intersexualidade, da transexualidade e da transgeneridade, demonstram que a escolha do sexo se situa para além do campo das

identificações, levando-nos a pensar para além de uma lógica das classes e das categorizações. Não há univocidade na sexuação, mas diferentes dimensões e modos de inscrição que se sobrepõem: no plano imaginário há as identidades; no plano simbólico, as questões em jogo na nomeação, filiação e lugar social; no plano real, os diferentes modos de gozo.

Interroga ainda, quanto à questão da escolha do sexo, se seria possível fazer uma escolha sem que haja uma diferença sobre a qual fundar tal eleição. Evoca Freud ao defender em *Três ensaios sobre a sexualidade*, que no ser humano não encontramos masculinidade pura nem feminilidade pura, nem no sentido psicológico, nem no sentido biológico. Assim, podemos inferir que, desde Freud, a pergunta sobre a diferença sexual permanece sem resposta. Cada sujeito virá a se situar a seu modo, sempre singular e imprevisível, neste campo sem respostas unívocas ou pré-estabelecidas. A sexuação é, para Lacan, algo distinto da conformação a uma identidade sexual. Neste campo, cada qual é responsável por sua bricolagem, mais além dos ideais do sexo de atribuição, do sexo biológico, das certezas e das incertezas, preservando um lugar para o inesperado, para o não sabido de antemão.

Retomando a questão

Diferenças à parte, e seja qual for a perspectiva em jogo no âmbito dos estudos feministas, multiculturalistas e/ou em psicanálise, encontramos um ponto de convergência: atrelar uma mudança de identidade de gênero, *necessariamente*, a protocolos e procedimentos de qualquer tipo, e promulgar uma plena adequação entre anatomia e identidade de gênero (o que implicaria claramente num retrocesso ético, estético e político), para todos os casos como única alternativa, e como principal eixo do cuidado ou como condição *sine qua non* para uma mudança de nome social, não parece de forma alguma um bom caminho.

É justo este o ponto que a Lei da Identidade de gênero vem permitindo problematizar e quiçá favorecer caminhos mais afeitos à vida para sujeitos que experimentam a discordância entre gênero e anatomia em seu ponto de máxima tensão e de quase ruptura. Discordância esta própria a todo e qualquer ser falante, em diferentes gradações e proporções, e que Lacan aproximou seja de um "mal entendido", no sentido de que o "ser humano nasce mal entendido"²¹; seja de um equívoco sobre o sentido²², ao aproximar o real do gozo de uma prática de escrita e de nomeação, muito mais que do estatuto de um erro da natureza a ser corrigido.

O inconsciente para Lacan não é uma bagagem de recordações. As decisões que tomamos, sem saber exatamente por quê, dizem muito mais do inconsciente do que um suposto reservatório de lembranças. Isto porque em última instância, o inconsciente é ético, e não ôntico. Não ceder sobre o desejo implica que o sujeito poderá eleger caminhos diferentes daqueles que privilegiam os serviços do bem ou o cálculo utilitário. O "não essencialismo" de Lacan o leva a fazer, tanto na vida quanto na análise, uma aposta no singular, e é a isso que as noções de *sexuação*, de *sinthoma* e de invenção vêm a responder. Sua perspectiva é despatologizante por princípio. Mesmo dentro do paradigma de uma clínica descontinuista, aquele das estruturas clínicas, o que está em jogo não são transtornos ou doenças, mas o sintoma como incurável. Se há *pathos*, este deverá tomado na etiologia mesma da palavra, no sentido de sofrimento, de paixão.

Quando a Lei argentina promulga que o direito à identidade de gênero representa um direito fundamental das pessoas *trans* para a vida em sociedade²³, com seu devido respaldo e legitimação estatal, ou seja, quando inscreve o direito à identidade de gênero como um *direito humano*; e quando desarticula esse *direito humano* do campo dos

procedimentos médicos e psicológicos de controle, e portando de procedimentos "biopolíticos", abre-se a campo para o que escapa às classificações, recolocando o acento sobre a insondável decisão do sujeito, em sua tensão estrutural com o indecidível.

A lei argentina parece dar um passo em direção contrária à biopolítica e seus dispositivos, quando garante o direito de reconhecimento da identidade de gênero no documento nacional de identidade, sem que isso esteja *necessariamente* atrelado à mudança do nome próprio e/ou da própria imagem, sem que haja *necessariamente* o recurso a cirurgias ou terapias hormonais, e sem o recurso a nenhum tipo de autorização judicial ou administrativa.

A única exigência para quem queira mudar o que lhe parece equivocado em sua identidade de gênero é o consentimento informado da pessoa, ou seja, sua própria declaração, o que parece colocar as questões relativas ao campo do gênero sob a égide do que John Austin formulou a propósito dos enunciados performativos, os quais, quando proferidos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, efetivamente *realizam* uma ação. Nesse sentido, *dizer* algo é *fazer* algo. Mas o simples fato de proferir um enunciado performativo não garante a sua realização. Para que um *ato de fala* seja bem-sucedido, é preciso que as circunstâncias sejam favoráveis. Um enunciado performativo pronunciado em circunstâncias desfavoráveis não é falso, mas poderá resultar nulo e sem efeito.

A Lei da Identidade de Gênero parece, nesse sentido, inscrever na ordem dos discursos um campo de forças capaz de permitir que um enunciado performativo tenha a chance de se realizar como ato de fala, ao invés de cair na nulidade, no vazio. Quanto a este ponto, a clínica nos mostra o quanto as nomeações podem se constituir como um importante recurso através do qual aparelhar o gozo; e mais especificamente, nos casos das pessoas *trans*, o quanto o

reconhecimento do nome social é capaz de produzir efeitos apaziguadores.

Biopolítica e segregação

Jorge Alemán²⁴ discute, em entrevista concedida ao Boletim *Tiresias*, dedicado à preparação epistêmica da 13ª Jornada da ELP "Escolhas do sexo: da norma à invenção", as importantes repercussões políticas do movimento *queer*, na medida em que através da performatividade foi capaz de reverter o insulto e a injúria em nomeações, se afirmando como uma nova posição política, e também como uma nova singularidade no campo de forças dos movimentos sociais; mas adverte que o próprio movimento *queer* e sua crítica ao caráter normativo de certos dispositivos institucionais, tais como o Estado e a família, não se constituem, por si só, como movimentos emancipatórios. Adverte ainda para o fato de que movimentos minoritários e de resistência não estão livres de serem subsumidos pela lógica capitalista, que não necessita da norma para existir e, muito pelo contrário, se beneficia imensamente da ausência delas.

A questão crucial, implícita na demanda de adequação entre gênero e anatomia dirigida à ciência e à técnica, é que ela comporta um componente imprevisível que não entra no cálculo dos protocolos. Podemos citar, por exemplo, todo o promissor mercado que se abre a partir das intervenções da ciência e da técnica em sua vertente francamente biopolítica: promessas de transformação e adequação dos corpos ao gosto de cada qual, tema amplamente discutido por Paula Sibilia²⁵ em *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. As transformações desencadeadas a partir da Segunda Guerra Mundial, junto com o desenvolvimento acelerado das tecnologias informáticas, das telecomunicações e das biotecnologias, engendraram mudanças profundas no tecido social, político e econômico global, subvertendo a antiga lógica disciplinar e

constituindo outros tipos de dispositivos e de formações sociais no seio das chamadas "sociedades de controle". O que estaria em jogo nestas transformações, e valeria a pena ser pensado, são os desdobramentos contemporâneos dos conceitos foucaultianos de biopolítica e de biopoder²⁶.

Nesse contexto, as políticas e os ideais de inclusão compulsória se multiplicam, mas flertam, mesmo sem o saber, com o higienismo, ao varrer a diferença simbólica para baixo do tapete, quando não se arvoram em eliminá-la por completo. Já não estamos no horizonte da universalidade, mas naquele da homogeneização.

A biopolítica parece já não se fundar sobre as mesmas premissas sobre as quais se apoiava em seu momento "humanista"²⁷, representado pelas formulações de Foucault, na esteira da transição das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. A transição já aconteceu, e nos tempos que correm, o que triunfa é a subordinação da sociedade ao capital e "neste momento, quando a articulação da sociedade e da organização produtiva do capital tendem a se identificar, o biopolítico muda de cara"²⁸.

Vale evocar, ainda, quanto a este aspecto da questão, as instigantes considerações do filósofo Newton Bignotto²⁹. Parece-me especialmente interessante situar o modo preciso por meio do qual o autor localiza uma espécie de cisão entre a política clássica, sob os auspícios das diferentes figuras da exceção - encarnadas no mundo grego pela figura do legislador, na Idade Média pela figura do Rei, e na modernidade pelo soberano -, e o traço homogeneizador da cultura contemporânea, efetivado basicamente pelo consumo. Digo "cultura" contemporânea em vez de "política" porque Bignotto argumenta que a busca da homogeneidade disseminada na lógica do consumo estaria mais próxima de uma pretensão pré-política, já que apaga a marca da diferença como elemento constituinte do corpo social e da própria política, como também, sua figura fundante, a exceção.

Para Bignotto, é preciso desvelar o que se esconde por trás das máscaras e bandeiras da homogeneidade. Disfarçada de luta por igualdade, seja no plano dos direitos, seja ao nível do consumo, a homogeneidade esconderia sua verdadeira cara, transmutando-se em instrumento de morte da política. Nas sociedades de massas consumidoras, o plano estritamente biológico da existência tende a aparecer como ponto final do processo de institucionalização da vida em comum e mola propulsora da conversão da política em biopolítica.

Assim, o consumo poderá se fazer valer enquanto traço homogeneizador da cultura, constituindo-se neste século que se inicia como uma nova expressão da biopolítica. Como consequência, já se constata, nas atuais sociedades de massas consumidoras, a rejeição à diversidade e recusa da alteridade nas suas mais variadas formas de expressão. No mundo regido pelo consumo, as trocas já não se fundam no registro simbólico, mas são regidas pela uniformidade da satisfação dos imperativos de gozo do momento, trazendo em seu bojo o incremento da intolerância e da segregação.

Ainda na esteira desse debate, a questão formulada por Jacques-Alain Miller³⁰ em "Réponse à Rancière", certamente nos abre um vasto campo de investigação. Conforme argumenta, na contramão da derrocada dos universalismos judaico, cristão e comunista, assistimos a franca hegemonia dos universalismos capitalista e mulçumano. Ao que tudo indica, no caso do universalismo capitalista, estamos diante de um irrevogável desdobramento: a transmutação em homogeneização forjada pelo "todos iguais pelo consumo" e os refugos gerados pela proliferação frenética, compulsiva e ilimitada de objetos feitos para movimentar e retroalimentar o mega mercado global.

Os desafios da clínica

Naquilo que concerne à clínica propriamente dita, minha aposta é que este seja o espaço, por princípio, da singularidade e da contingência. Na sessão analítica, assim como nas artes e seus múltiplos dispositivos, é possível dar lugar à contingência como princípio radical de orientação do qual não podemos abrir mão. É, por isso, um lugar no qual se aloja o indecidível, ou seja, aquilo que constitui o lugar vazio que opera no centro de toda e qualquer decisão e aquilo que nenhum protocolo jamais poderá garantir ou prever.

Acredito também que só teríamos a perder se, em nome de uma leitura apressada, se jogasse por terra as referências da clínica. Mas faz-se urgente não se incorrer na saída fácil e inadvertida da patologização: seja centrando a discussão em categorias diagnósticas, perdendo, assim, a dimensão do arranjo singular que cada sujeito poderá constituir para si ao lidar com aquilo que o excede e mortifica; seja fixando relações de necessidade onde, por princípio, caberia melhor a noção de contingência.

O diagnóstico em psicanálise não tem como referência a patologia nem a ontologia. Na chamada clínica descontinuísta, fala-se de estruturas clínicas e não de doenças, transtornos ou patologias. Na clínica continuísta os parâmetros são ainda outros: o *sinthoma*, os modos de gozo, o acontecimento de corpo e os arranjos singulares. É preciso colocar urgentemente um intervalo vazio aí e dar primazia aos usos que cada um fará do dispositivo analítico e da transferência, de suas possibilidades discursivas e inventivas, como meios de constituir seus diferentes arranjos, destinos, saídas, para o sofrimento que eventualmente possa estar em jogo no momento em que um sujeito encontra um analista.

O que aprendi com a clínica, é que o *link* entre determinado diagnóstico, seja ele qual for, e o *falasser*, em sua radical singularidade, não será jamais um *link*

necessário, do tipo se x então y, mas um *link* absolutamente contingente. O que estará em primeiro plano na experiência analítica são as soluções das quais o sujeito poderá lançar mão, suas invenções, no sentido de invento mesmo, de criação, de algo que não estava dado no início, isso que poderá se constituir, sob transferência, para lidar com os impasses relativos ao próprio corpo (falante) e seu modo singular de gozo.

¹ Conferência apresentada no Simpósio "Multiplicando os Gêneros nas Práticas de Saúde", evento de caráter interdisciplinar promovido pela Faculdade de Medicina Universidade Federal de Ouro Preto e Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São João del Rei, em 23 de maio de 2015.

² PIEDRO, S. (2013[1880]). "Del depósito al Congreso: historia de la persecución y resistencia de las sexualidades no hegemónicas en la Argentina". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Buenos Aires: Gramma, p. 21-44.

³ GLANC, P. (2013). "La conquista de derechos de la Ley 26.743". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Op. cit., p. 85-99.

⁴ Tema amplamente discutido em debate promovido pelo Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/aovivo/despatalogizacao/>>.

⁵ LAIA, S. (2013). "Identidad, diversidad y diferencia de los sexos". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Op. cit., p. 311-323.

⁶ ALEMAN, J. (out. 2002). "Existencia y diferencia sexual: Foucault y el "construccionismo". In: *Ornicar Digital*. Disponível em: <<http://wapol.org/ornicar/articles/220ale.htm>>.

⁷ MACÊDO, L. (2003). "A experiência trágica da loucura para Michel Foucault: uma interlocução com a psicanálise". Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH. Disponível em: <http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_pdf/Dissertacao_Luciola.pdf>.

⁸ ALEMAN, J. (out. 2002). "Existencia y diferencia sexual: Foucault y el "construccionismo". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Op. cit.

⁹ LACLAU, E., ZIZEK, S. & BUTLER, J. (2003). *Contingencia, hegemonía, universalidade*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

¹⁰ PIEDRO, S. (2013). "Alojar lo queer: notas para um desafio". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Op. cit., p. 212-213.

¹¹ LACLAU, E., ZIZEK, S. & BUTLER, J. (2003). *Contingencia, hegemonía, universalidade*. Op. cit., p. 155.

¹² IDEM. *Ibid.*, p. 157.

¹³ BUTLER, J. (jan.-fev. 2011). "Le corps est hors de lui". In: *Critique - Revue générale des publications françaises et*

étrangères, tome LXVII, n° 764-765. Paris: Les Éditions de Minuit, p. 73-86.

¹⁴ IDEM. Ibid., p. 75.

¹⁵ IDEM. Ibid., p. 86.

¹⁶ IDEM. Ibidem.

¹⁷ MACÊDO, L. (2015). "Analisar o parlêtre em tempos de intolerância". Disponível em: <https://www.academia.edu/11991504/Analisar_o_parl%C3%AAtre_em_tempos_de_intoler%C3%A2ncia>.

¹⁸ LACLAU, E., ZIZEK, S. & BUTLER, J. (2003). *Contingencia, hegemonia, universalidade*. Op. cit., p. 185-214 e 281-306.

¹⁹ Entrevista a Jorge Alemán, 2014. Disponível em: <<http://jornadaselp.com/2014/10/entrevista-a-jorge-aleman/>>.

²⁰ ANSERMET, F. (2014). "Elegir el sexo". In: *Tiresias: Publicación de las 13ª Jornadas de la Escuela Lacaniana de Psicoanálisis*. Madrid: EOL. Disponível em: <<http://jornadaselp.com/2014/11/elegir-el-sexo/>>.

²¹ LAIA, S. (2013). "Identidad, diversidad y diferencia de los sexos". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Op. cit., p. 311-323.

²² ALEMAN, J. (out. 2002). "Existencia y diferencia sexual: Foucault y el "construccionismo". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Op. cit.

²³ GLANC, P. (2013). "La conquista de derechos de la Ley 26.743". In: *Transformaciones: ley, diversidad, sexuación*. Op. cit., p. 85-99.

²⁴ Entrevista a Jorge Alemán, 2014. Disponível em: <<http://jornadaselp.com/2014/10/entrevista-a-jorge-aleman/>>.

²⁵ SIBILIA, P. (2002). *O homem pós-orgânico: corpo, subjetividade e tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

²⁶ MACÊDO, L. (2015). "A biopolítica e as novas segregações". Relatório - VII ENAPOL - O império das imagens. Disponível em: <<http://oimperiodasimagens.com.br/pt/faq-items/a-biopolitica-e-as-novas-segregacoes-luciola-freitas-de-macedo/>>.

²⁷ ESPOSITO, R. (2006). *Bios. Biopolítica y filosofía*. Buenos Aires: Amorrortu, p. 33.

²⁸ NEGRI, A. (2001). *Exílio*. São Paulo: Iluminuras, p. 33.

²⁹ BIGNOTTO, N. (dez. 2012). "Homogeneidade e exceção". In: *Curinga - Revista da Escola Brasileira de Psicanálise - Seção Minas Gerais*, n° 35. Belo Horizonte: EBP, p. 63-74.

³⁰ Disponível em: <<http://laregledujeu.org/2015/04/07/20406/reponse-a-ranciere/>>.